



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

COMO OS MOVIMENTOS SOCIAIS TÊM SE COLOCADO FACE A UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA DA PERSPECTIVA OFERECIDA PELO ESTADO

Danielle Cristina Santos: Especialista em Psicologia na Educação –
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Professora da Rede Municipal
do Recife/Pernambuco. E-mail: danicris888@hotmail.com

Resumo:

Este artigo se propõe, a trazer uma reflexão sobre a problemática do conflito existente entre sociedade civil e Estado, no que diz respeito a educação não-formal vivida em meio aos movimentos sociais, objetivando evidenciar como algumas organizações têm se colocado face à perspectiva de uma educação diferenciada do caráter formal da educação proposta e oferecida pelo Estado. Traz ainda, relatos de atores sociais envolvidos no Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST), a fim refletirmos no modo como estes pensam a educação para a construção de sujeitos autônomos. Constatamos que a educação no seio dos movimentos sociais, em especial para o MST, busca um sentido emancipatório, visto que se concretiza enquanto resistência a uma condição de injustiça imposta pelo Estado, e tenta garantir aos seus participantes, além dos conteúdos normais, uma vinculação com sua própria cultura e da prática do trabalho rural. Trabalham também o sentimento de pertença ao movimento dentre os participantes, para que esses se posicionem frente a sociedade como sujeitos de direitos.

Palavras chaves: Movimentos Sociais; Educação; Estado.

Introdução

Ao refletirmos sobre o debate acerca das organizações sociais, nos deparamos com um tema que tem estado sempre em pauta, e isto nos leva a pensar nos ideais políticos levantados por estas, em sua concepção de políticas emancipatórias que devem contribuir para a transformação dos indivíduos em sujeitos de direitos. Como colocado por Touraine (1994b), uma sociedade democrática é uma sociedade que reconhece o outro, não na sua diferença, mas como sujeito, quer dizer, de modo a unir o universal e o particular [...], uma vez que o sujeito é ao mesmo tempo universalista e comunitário e ser sujeito é estabelecer um elo entre esses dois universos (p. 1-2).

No Brasil, como em outros países, há um grave problema estrutural quando os interesses de uma minoria se apropriam do espaço público e da política. Essa apropriação se fortalece cada vez mais devido à forte concentração de rendas que o modelo neoliberal promove, reforçando formas estratégicas de sociabilidade. A sociedade política, portanto, não representa mais os interesses coletivos e perde progressivamente a legitimidade para gerenciar o bem comum e representar as pessoas na esfera política.

Essa fragilidade aprofunda os conflitos existentes entre a participação coletiva, no combate às injustiças sociais e o Estado, que tem se encolhido em seu âmbito de atuação e transferido essa responsabilidade a sociedade civil. Caracterizando o que Dagnino (2004) coloca como “dimensão perversa”, já que, ao passo que a sociedade civil tenta se organizar e encontrar saídas de melhorias para as condições desrespeitosas as quais a grande população tem sido submetida, também necessita muitas vezes buscar conciliações junto ao Estado, que possibilitem a concretização de muitas das



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

ações do projeto participativo democratizante. O que acaba, por sua vez, trazendo o risco de estar servindo a objetivos que lhe são antagônicos.

Diante disso, a educação formal, que é transmitida alheia a crise que se tem por traz dos portões da escola, ainda se dá de forma conservadora. Está desvinculada da cultura, das relações diretas, primárias e da pequena comunidade, não se fazendo presente a cidadania, que se constrói no dia-a-dia, por meio do processo de identidade político-cultural. De acordo com Gramsci (1991) o sistema educativo, não deve estar limitado aos muros da escola, porque a escola deve garantir uma formação cultural e uma formação profissional, chamada por ele de “escola unitária”, esta deve estar assentada nos princípios da autonomia moral.

No contexto desta crise, os movimentos sociais se institucionalizam e passam a aglutinar as demandas dos excluídos do direito de liberdade e igualdade estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estes, por sua vez, podem trazer uma crescente politização da vida social e a esfera política deixaria de ser um espaço restrito aos canais representativos.

Nos movimentos sociais se determinam a capacidade dos grupos mobilizarem-se, fazerem-se ouvir e organizarem-se (MASCARENHAS p. 19). No seio destes movimentos a educação é captada, enquanto educação não-formal como uma ruptura à clausura da escola formal proposta pelo Estado, onde a educação capta a relação cultura, política e vida social.

Os movimentos sociais abarcam essa diversidade e complexidade, na medida em que os grupos ao organizarem-se compartilham interesses, uma luta e uma visão de mundo, constroem uma identidade. Alicerçam-se em uma noção de pertença social, de uma imagem que se projeta além de si mesmo e do outro, forma-se uma identidade coletiva onde a definição de interesses e conflitos se manifesta.

Nesses movimentos, está presente o cidadão coletivo, que reivindica baseado em interesses coletivos de diversas naturezas. Por outro lado, há também os grupos que lutam pelo exercício da cidadania das chamadas minorias (negros, homossexuais, mulheres, etc.) pela paz, pela ecologia, etc.

É dentro desta perspectiva, que buscamos entender como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra problematiza seus ideais de educação para uma mudança social, onde os membros do movimento, lutam pela reforma agrária oficialmente desde o início dos anos 1980, resistindo a um quadro histórico de injustiças contra os menos favorecidos, em seu caso, contra os trabalhadores rurais do Brasil. Sendo a educação então, por meio da implantação de um projeto educacional ousado, uma forma de resistência para a promoção de mudanças sociais, penetrando nas “cercas do conhecimento”, como chamou Júlio Pereira em seu texto “Derrubando as cercas do conhecimento”.

Sociedade Civil X Interesses do Estado

Antes de penetrar na problemática dos conflitos existentes entre sociedade civil e Estado, uma compreensão que nos pareceu evidente, é a de como vem se caracterizando os movimentos sociais no período pós colonialismo, porém, é importante que façamos uma breve retrospectiva de sua trajetória histórica até a sua configuração no cenário atual.

Os movimentos sociais, que também podem ser chamados de ação coletiva, pois se transformam em manifestações simbólicas, mas nascem do sentido coletivo, surgiram timidamente com maior



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

destaque a partir do século XX, com os movimentos dos operários, camponeses indígenas, cristãos, etc. De caráter reivindicativo, desenvolveram-se como resistência a sistemas sociais excludentes, marcada por desigualdades sociais e práticas discriminatórias (SHERER-WARREN, 2008, p. 2). Só em meados do século XX é que a luta emancipatória ganhou um caráter mais politizado e crítico em relação ao Estado.

Com base nos significados e nas consequências da declaração universal dos direitos humanos¹, idealizada no final da 2ª Guerra Mundial, como forma de evitar uma terceira guerra e promover a paz, esta diz em seu primeiro artigo “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão e de consciência e devem agir umas com as outras com espírito de fraternidade”. Sob esse direcionamento é que os movimentos sociais tem encontrado respaldo para requerer direitos outrora outorgados.

A declaração universal traz consigo o ideal das principais correntes políticas contemporâneas, o liberalismo, socialismo e o cristianismo (BOBBIO, p. 262), como forma de encontrar um consenso e estender direitos (de liberdade, civis e políticos) a sujeitos que “anteriormente” estavam excluídos. Essa declaração proíbe a escravidão, proclama os direitos das mulheres, defende os direitos dos estrangeiros, rejeita a discriminação, seja quanto a condição socioeconômica, sexo, gênero, raça, etc., garantindo a igualdade dos cidadãos em suas diferenças e especificidades.

Daí o pano de fundo no qual se configuram todas as indagações dos indivíduos participantes de uma mesma sociedade cuja participação nela se dá de forma antagônica, por causa de distinções, que os fazem vítimas, muitas vezes, do sistema ao qual estão inseridos. Sendo expostos diariamente, a discriminações e ou a uma condição de vida que em nada prima o lema da declaração universal de igualdade de direito para todos.

Fazendo referência a colocação de Hobsbawn sobre o estágio atual da sociedade, é pertinente dizer que não se sabe para onde a humanidade está caminhando, mas sabemos que historicamente fomos trazidos a esse ponto e sabemos também o porquê de termos chegado a esse limite. No entanto uma coisa é clara. “Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, alternativa para a mudança da sociedade, é a escuridão” (1995. p 562).

Desta feita, as reivindicações de muitas ações coletivas que vem se desenvolvendo no seio da sociedade buscam mudanças qualitativas no modo de viver e de ver a vida dos membros que dela fazem parte, emergindo como um sinal de esperança, articulando-se com forte apelo popular, recrutando adeptos que estão à beira do desespero, em diferentes situações. Ou ainda, como ressalta Oliveira:

Em sua grande maioria, tais movimentos, partem de lutas de ações, como saúde e educação pública, trabalho, moradia, transporte coletivo urbano, saneamento básico, segurança pública, (condições de vida no espaço urbano) direito de cidadania” (2001, p.2)

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos - proclamada em 10 de dezembro de 1948



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional
Movimentos Sociais Participação e Democracia
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

A sociedade civil organizada tem um papel muito importante na implementação desses direitos, mediante os movimentos sociais que tem tentado e podem transmitir ao cotidiano das pessoas a importância da luta pela efetivação destes. Somente a partir da organização dessa sociedade é que poderá ser determinado o alcance que tais lutas por mudanças poderão ter.

Sabemos que não se trata apenas de direitos no sentido jurídico da palavra, mas de “valores que implicam várias dimensões”, como é o caso da ética, pois o direito de liberdade e igualdade é inerente ao indivíduo, perpassa a dimensão jurídica, visto que trata-se de especificações da declaração que foram assinados pelos Estados e incorporados pelas constituições e por fim, inclui a dimensão política, pois enquanto conjunto de normas o Estado tem dever de assumir o compromisso e de fazê-las cumprir (DIAS; TAVARES, 2001, P. 41-49).

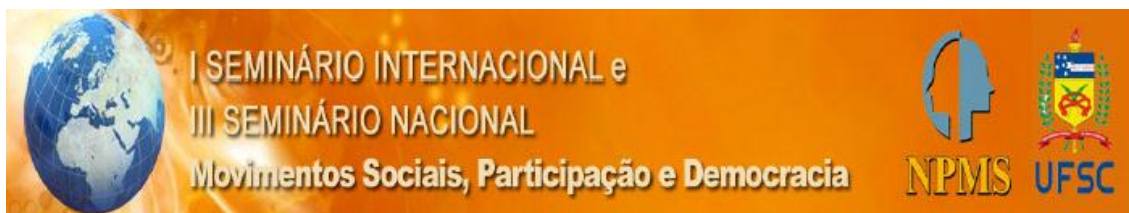
A promoção de uma mudança social a partir da defesa dos direitos humanos não é tarefa fácil, pois, como a realização desta é um fato relativamente recente no Brasil, faz-se necessário que, tal idéia se afirme no contexto brasileiro. Diante disto, a educação, tem uma importância vital para a criação de raízes culturais, visto que, mesmo estando escrito em um documento mundial que todos nascemos livres e iguais, não significa dizer que todos terão essa consciência. Essa compreensão não se dá de forma espontânea. (TOSI, 2007, P. 2). A educação para a cidadania é portanto, “peça chave” na efetivação desses direitos, tanto através dos meios de comunicação, como substancialmente na educação formal e não formal.

Os movimentos dos cidadãos devem ter uma oportunidade permanente de participação no governo nos níveis local, regional e nacional, ao lado dos partidos políticos, dos sindicatos de trabalhadores e do empresariado organizado. Este processo só será possível quando fortalecermos novos arranjos institucionais e novas formas de sociabilidade que o comportem, promovendo a participação ampla e a emancipação dos cidadãos não apenas como indivíduos livres, mas como agentes participantes do processo de construção de sua própria história e cultura.

No contexto atual, tem destaque nas lutas emancipatórias, os Movimentos dos Sem Terra, indígenas, camponeses, feministas, estudantes, negros, pastorais sociais, desempregados, piqueteiros, da economia solidária, lutas pela água, atingidos pelas barragens, ecológicos etc. Infelizmente, atualmente ao observador comum, é muito difícil perceber o caráter reativo e transformador dos movimentos sociais, ou mesmo reconhecê-los como sendo o lado mais expressivo de uma grande parte da população que está consciente de situações reais e se aliam com o objetivo comum de construção de um mundo melhor, mais justo e fraterno, pois, apenas lêem o mundo pela ótica da “grande mídia”, cujos interesses, em sua maioria, está na manutenção da ordem dominante. Kant dizia que existem duas formas de pensar, uma vulgar e outra popular. O pensamento popular é aquele que mantém a complexidade do real e o pensamento vulgar é aquele que se reduz a complexidade do real, o que expressa uma visão ingênua e esquemática do mundo (KANT apud GADOTTI, 2001).

Historicamente tem se tentado traduzir os relativismos dos grupos sociais em idéias mais amplas e políticas inclusivas com relação às desigualdades e discriminações vividas pelos grupos ao longo do tempo.

Boaventura Santos (2008b) diz com relação às particularidades dos grupos sociais que, “todas as culturas são relativas, mas o relativismo cultural, enquanto atitude filosófica, é incorreto. Todas as culturas aspiram a preocupações e valores universais, mas o universalismo cultural, enquanto atitude filosófica, é incorreto. Contra o universalismo, há que propor diálogos interculturais sobre



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

preocupações isomórficas [isto é, que possam convergir numa unidade valorativa]. Contra o relativismo, há que desenvolver critérios políticos para distinguir política progressista de política conservadora, capacitação de desarme, emancipação de regulação” (p. 3).

Bringel e Espiñeira (2008) dialogando com Rosanvallon, em seu livro *Contre-démocratie* argumenta que, “o aumento da distância entre a “sociedade civil” e as instituições delinearía uma espécie de “contrapolítica”, fundada sobre o controle, a oposição e a diminuição dos poderes que já não se buscam conquistar de forma prioritária. Em suma, uma política de caráter reativo, de luta pelos direitos, que não serviria para estruturar e sustentar uma proposta coletiva. Porém, esse caráter defensivo e o controle sob a política democrática não pode nublar o amplo leque do repertório político, seus variados atores e lugares de enunciação” (p. 4).

Gramsci, por sua vez, dizia olhando o mundo com o otimismo da vontade e o pessimismo da razão, que os direitos das pessoas não são um terreno simplesmente tático, mas estratégico para a luta emancipatória. Existe um movimento real, histórico e universal de luta pelos direitos humanos, esse movimento é pluralista, polêmico, mas concreto, que tem uma abrangência e uma articulação, que supera as fronteiras nacionais, tanto horizontalmente, por meio das redes, como verticalmente, dos bairros às Nações Unidas (ALVES, 1994).

Movimentos Sociais e Educação Diferenciada

É na releitura da história e na tradução de referências simbólicas e ideários políticos que os movimentos sociais encontram ecos no cotidiano para o fortalecimento dos diferentes grupos historicamente rebaixados à categoria de subalternos e criam condições propícias para que eles se realoquem em relação à herança social de sua condição humana, recuperem e re-interpretam signos culturais, como os de etnia, raça e gênero, por exemplo. Estes grupos e tantos outros constroem identidades coletivas e se reconhecem mutuamente como sujeitos de direitos.

No processo de globalização, aconteceram inúmeras Conferências Mundiais das Nações Unidas, que oportunizou a interlocução entre os movimentos sociais, onde foram apresentados problemas enfrentados pela humanidade, esses novos desafios, requeriam análises e soluções. Esses acontecimentos iniciados em esfera global, também levaram as organizações civis a se articularem na realização de fóruns locais e nacionais, a fim de que houvesse uma preparação para representações nessas conferências. As preparações para a Eco/92, que aconteceu no Brasil, foi criado o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, que continuou, mesmo após o evento através da multiplicação dos Fóruns e das Agendas 21 locais.

Esses acontecimentos estimularam parcerias entre sociedade civil e o poder público. Em esfera nacional aconteceram Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia; pela Reforma Urbana; Agrária, de Participação Popular; da Criança e do Adolescente, e muitos outros fóruns setorializados. Na análise de Warren e Lüchmann a ação da cidadania contra a fome e a miséria e seu desdobramento no movimento pela ética na política:

contribuíram para legitimar a intersecção entre voluntariado e comprometimento político, levando-se a repensar o embate entre assistência x ação para cidadania, entre autonomia organizacional x institucionalidade, entre a prática institucional x prática movimentalista (2004, p.16-17).



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

No campo movimentalista, com a lógica da cooperação e solidariedade que se instituiu como uma nova forma de institucionalidade estratégica, bastante estimulada no formato do voluntariado, desenvolveu-se, uma criticidade acerca da crescente incorporação da idéia de ajuda ao próximo atrelada ao projeto, pois imprime o formato neoliberal, onde a participação do Estado fica ainda mais distante da obrigatoriedade de garantir direitos iguais a todos, de atender uma população tão grande com culturas, pensamentos e necessidades tão específicas e de, principalmente, garantir uma educação emancipatória que garanta essa convivência futura.

Neste projeto, subverte-se o conteúdo de radicalidade presente nas idéias de participação, cidadania e solidariedade e desconecta-os dos princípios de igualdade e universalidade. Mesmo estando apoiado pela mídia, mecanismo de formação bastante explorado na atualidade para a formação dos indivíduos, a educação formal, permanece como principal acesso de integração a sociedade. Ou pelo menos, é dessa forma que esta deveria configurar-se, porém, esta educação, que teria a “função” de integrar os indivíduos a sociedade, ainda é seguramente o principal propagador da exclusão, visto que se mantém inerte frente às urgentes exigências da maioria da população, “cumprindo” seu papel de integração à sociedade apenas para a formação da uma minoria, historicamente privilegiada e manutenção da ordem vigente.

A Educação, deveria ser assim, a mediadora entre os movimentos sociais e a cidadania, capaz de tornar o homem um sujeito histórico que pode modificar a realidade, através de uma transformação cultural.

A vivência da cultura dos diferentes grupos é um dos principais fatores de transmissão de educação na prática não-formal. Gonh (2008) ao analisar diferentes concepções de cultura, quando se refere à concepção universalista diz que esta, associa a cultura a idéia de uma ligação espiritual entre os homens e a civilização supondo um determinado território, com uma complexidade que inclui conhecimentos, crenças, artes, leis, moral, costumes, etc.,

Nos movimentos sociais os indivíduos, caracterizados como seres coletivos, aprendem, se organizam e se reconhecem e fazem-se reconhecer, posicionando-se em relação às forças sociais (MASCARENHAS, s/d). Essas ações coletivas promovidas no seio dos movimentos sociais, em suas lutas por igualdade e justiça social, têm um caráter essencialmente educativo, visto que dentro da questão da cidadania cultura e educação andam lado a lado. Considerando as palavras de Domingues sobre a cidadania, esta deve ser compreendida em três dimensões básicas, pois ela é ao mesmo tempo:

construção social que se enraíza em uma cultura política, dependendo portanto das lutas travadas socialmente e das concepções que se sustenta sobre elas, e definição das relações da sociedade com o Estado, que concretiza, inclusive legalmente, o significado da categoria cidadão, nos planos civil, político e social. (1998, p. 100)

O termo cidadania ao longo do processo civilizatório do Brasil, é no mínimo contraditório pois, sempre esteve ligado ao liberalismo conservador através do voto, como se a cidadania se resumisse a isso, dividindo espaço com a escravidão e ao poder aquisitivo. Dessa forma é que se efetivou o acesso ao poder político apenas à classe dominante (NEJM, 2007).



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional
Movimentos Sociais Participação e Democracia
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

A luta pela educação cidadã ganhou força a partir de 1988 em decorrência do Fórum Nacional de luta pela Escola Pública. Nos anos 90, esses atores sociais continuaram atuantes em suas lutas pela educação. As investidas neoliberais e suas reformas nas escolas de Ensino Fundamental e Médio alteraram o cotidiano das escolas de tal maneira que provocou a organização e a mobilização de movimentos populares pela educação. Alguns fatores nessa área proporcionaram a organização dos atores sociais. Entre outros destacam-se, a falta de vagas, as filas para matrículas, os resultados de exames nacionais, os atrasos nos repasses de verbas para merendas escolares, etc.. Essa realidade continua nos dias atuais e os movimentos populares pela educação estão mais ativos, procurando ampliar seus direitos de cidadania e, cada vez mais, a organização coletiva.

Estes movimentos, encontram suporte ideológico no aprofundamento das desigualdades sociais e direcionam seus esforços em defesa da construção de uma nova ordem social e política desde o âmbito local até o mundial voltados para a “cooperação, para a paz entre os povos, para o fortalecimento da solidariedade entre os indivíduos, para a implantação efetiva da justiça entre homens e mulheres, pela defesa dos direitos humanos, pelo reconhecimento da diferença e pelo convívio harmonioso com a alteridade” (FIALHO, MONTEIRO e NOVAES, 2004, p.14).

Enquanto conceito formal, para além da cidadania, os movimentos sociais tem grande importância na formação dos Estados e na configuração das políticas, visto que colocam em evidência os interesses da população e não apenas os de uma minoria, que controla historicamente as tomadas de decisão e a distribuição das riquezas no Brasil. Os movimentos sociais cumprem seu papel transformador na sociedade atuando em defesa das formas mais básicas de pensar, agir se organizar e sentir, educando a sociedade culturalmente.

Nesse sentido, a educação não-formal se estrutura em um cenário em que esta, não se limita ao ambiente físico escolar, ele transpõe essas barreiras, abarcando essas ações coletivas e seus processos organizativos. Sendo a educação não-formal dinâmica por sua própria essência, pois acontece tanto nos espaços da participação institucional como nos espaços das “assembléias populares” e das redes autônomas dos movimentos sociais, as diferentes organizações e tendências dos movimentos sociais se encontram e negociam ações políticas (SHERER-WARREN, 2008).

Dentro desses Movimentos a educação aparece como uma questão fundamental, sendo tanto os métodos de ensino como os conteúdos bastante diferenciados dos métodos e conteúdos do ensino formal, ou seja o ensino regulamentado pelo Estado e assumido pelos setores dominantes da sociedade. Mesmo existindo escolas, essas não são o único e privilegiado lugar da prática da educação.

A educação acontece desde o momento do despertar, na organização e distribuição das tarefas corriqueiras do dia-a-dia, até a sua execução. Buscam despertar e ou aprofundar a noção de que o cumprimento das tarefas não é apenas para o benefício próprio, mas para o proveito de todos da comunidade onde vivem. Caracteriza-se assim uma parceria baseada cooperativismo, onde não se distinguem seus participantes entre professores e alunos, pois todas as práticas educacionais buscam ser dialógicas.

Segundo Gonh (2008) a produção do conhecimento não ocorre através da absorção de conteúdos previamente sistematizados, com o objetivo de serem apreendidos e sim com a vivência de certas “situações problemas”, sendo fundamentais as ações interativas entre os indivíduos para aquisição de



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional
Movimentos Sociais Participação e Democracia
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

novos saberes e essa aquisição ocorre fundamentalmente na comunicação, que estão carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais (p. 103-104.).

No seio dos movimentos sociais as motivações para o processo educacional, se desenvolvem em duas frentes. A primeira se dá internamente, no convívio entre os próprios integrantes, pois estes são instruídos à ressocialização e desenvolvem valores como dignidade, solidariedade, justiça, organização, destemor, cidadania, entre outros.

Fialho, Monteiro e Novaes (2004) afirmam ainda que:

Eles expressam uma convicção de que a reversão efetiva da realidade desumana em que vivem os seus adeptos somente se conseguirá pelo despertar, em cada pessoa, a consciência de si mesmos, dos outros e do mundo. Por isso para eles a educação é a base para a libertação, por isso ela atinge todas as dimensões da vida dentro do movimento. A educação, dentro dessas condições, torna-se um processo contínuo que se desenvolve em todos os aspectos da vida e não separado do mundo vivido. Assim nos Movimentos Sociais, não se pode ser solidário apenas nos finais de semana ou nas horas vagas, por isso o seu conteúdo educacional é complexo. Os conteúdos trabalhados na educação dos Movimentos Sociais são os próprios conteúdos da vida, sobretudo, a pessoa humana em todas as sua dimensões e as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento como ser humano e como cidadão. (p. 16)

Esse processo é fortalecido na medida em que eles se agrupam e passam a viver solidariamente já no exercício das práticas comunitárias que preconizam para a realidade que buscam construir, pois entendem que o primeiro passo para um mundo melhor começa na transformação das mentes.

Reflexões acerca da perspectiva de Educação do MST

Como sabemos, nem todos os indivíduos, conseguem acessar adequadamente os mecanismos de iniciação e de inclusão na sociedade, sendo deixados de fora da geografia dela. Dessa forma, eles não têm outro meio, senão o de criar, uma outra espacialização, que é caracterizada pela miséria, pelo desemprego, pela precariedade das condições de vida e de trabalho, pela inacessibilidade efetiva à proteção do Estado e à cidadania plena. Estes excluídos, além de serem condenados pela sociedade à marginalidade constante e aos rigores da ordem, vivendo nas áreas degradadas das cidades, sobrevivem sob condições subumanas, buscando o sustento através de biscates ou mesmo recorrendo a atividades humilhantes como pedir esmolas, catar o lixo ou atividades semelhantes. No meio rural, a situação não é muito diferente, uma vez que inúmeros trabalhadores não têm emprego certo ou são relegados a não ter acesso à terra própria, perambulam pelos campos afóra em busca de trabalho avulso em emprego temporário, ou um pedaço de terra para plantar (FIALHO, MONTEIRO e NOVAES, 2004, p.12-13).

Buscando uma transformação na forma como o Estado e a própria sociedade vêem os camponeses o Movimento dos Trabalhadores Rurais do Brasil, conhecido como MST, teve início oficialmente no período pós colonialista, no começo dos anos 1980, com o início do processo de redemocratização do país, no fim da ditadura militar (PEREIRA, 2003, p. 2), porém alguns pesquisadores consideram o



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional
Movimentos Sociais Participação e Democracia
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

movimento como uma continuidade de movimentos de camponeses advindos desde a época do Brasil império. A guerra de canudos e a liga dos camponeses são alguns exemplos citados até pelos próprios militantes, de resistência e luta pela terra.

O movimento reivindica, segundo um dos representantes do estado de Pernambuco, Nildo Martins, “os 5.000,000 km² de terras que foram adquiridas no tratado de Madrid, com o princípio do uso capião”. Terras que segundo ele, em sua grande maioria, estão nas mãos dos grandes latifundiários (85%), estando apenas (15%) nas mãos dos produtores rurais. Eles, então lutam por uma redistribuição dessas terras aos trabalhadores rurais que nem tem terra pra viver e nem morar.

Como deixa claro Ari Lazzarotti Filho, que estuda o processo da luta pela terra no estado de Santa Catarina, o movimento “não luta pela propriedade privada e, sim, pela propriedade social, aquela que representa os meios de vida.” (p. 121)

Ao se colocar em negação à atual forma de organização da sociedade, eles buscam uma transformação que garanta um novo mundo que tragam avanços e melhoria à humanidade. Nesse perspectiva é que se ergue a luta dentro do movimento por uma educação diferenciada. Os intelectuais pertencentes ao movimento trabalham na tentativa de desenvolver as múltiplas potencialidades do ser humano. Sendo carismáticos, eles são aceitos como direção, cantam, declamam poesia e animam os militantes (Idem, p. 127).

Os avanços do Movimento pela construção democrática no Brasil vão de encontro ao encolhimento das responsabilidades sociais do Estado. Este em contrapartida causa um encolhimento do espaço da política e da democracia e abre espaço para o avanço do projeto neoliberal. Nessa “dimensão perversa” tanto a política como a democracia acabam sendo limitadas ao mínimo indispensável. Como no Estado mínimo, esse encolhimento é seletivo e suas conseqüências são o aprofundamento da exclusão dos sujeitos, participantes desses movimentos, que por muitas vezes, pela própria configuração do sistema, buscam conciliações que correm o risco real de estar aceitando ou “compactuando” com decisões do próprio sistema que o exclui.

O MST objetiva construir um modelo de educação imprimindo cada vez mais seu caráter diferenciado. Esse modelo, como já mencionado, propõe uma educação pautada na formação integral do sujeito, contemplando desde os conteúdos escolares até a formação da dimensão humana e social do mesmo, instigando-o a participar ativamente das decisões e transformações sociais em seu meio. Uma educação que parta da sua realidade, seus participantes, porém, entendem, que não devem se prender a essa realidade de vida, mas devem tê-la como ponto de partida. De acordo com os Princípios da Educação no MST (1997), essa educação deve ser “aberta para o mundo”,

(...) ou seja, insistirmos numa proposta de educação do MST não quer dizer nos fecharmos nos limites da nossa realidade imediata ou das nossas lutas específicas. Isso não nos levaria aos objetivos maiores de mudança. Por isso é também característica essencial de nossa educação a preocupação com a abertura de horizontes de nossos/nossas estudantes, de modo que pratiquem aquele velho princípio, também filosófico, de que nada do que é humano me pode ser estranho (Princípios Educativos da Educação no MST, 1997, p. 6).



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

Contra-pondo-se ao modelo de educação vigente, o referido Movimento, entende-a como um instrumento de transformação e formação permanente. Para a concretização plena de seu projeto pedagógico, o MST tem como desafio a formação de educadores que consigam, de fato, romper com esse modelo de educação tradicional, em sua prática cotidiana. Nesta perspectiva, a formação dos educadores é uma das preocupações do Movimento, uma vez que, entendem que para atuar nas escolas de assentamento e acampamento, estes devem estar comprometidos com a causa e vinculados nas lutas dos sujeitos que o compõe, já que, segundo uma das representantes, nem todos os educadores estão de fato ligados a causa. Para tanto, o MST defende que estes educadores tenham também uma formação diferenciada, de modo a atenderem os critérios e a metodologia de ensino definidos pelo mesmo.

O Movimento dos Trabalhadores sem Terra, assim como a maioria dos Movimentos Sociais têm, no conjunto de sua organização, um setor responsável pela educação, cujos participantes, elaboram diretrizes e coordenam as atividades voltadas para este fim. Para o cumprimento deste propósito, são realizados, vários eventos, visando tanto o aperfeiçoamento dos mais envolvidos com a questão da educação, a preparação dos dirigentes e das lideranças de base, como a motivação e mobilização de todos da comunidade.

Elevando o nível intelectual dos trabalhadores, a educação está para eles segundo o militante Nildo “como uma forma de transpor as barreiras impostas pela sociedade e pelas situações de desvantagens históricas”. Segundo fala da representante do setor de educação Flávia Tereza, o ato de educar “é por amar a pátria brasileira, por uma formação política e pedagógica, apoiamos nossas leituras em Paulo Freire, em busca de uma escola em que os sem terrinhas tenham voz e vez”. Fazendo referência ao livro “Pedagogia do oprimido”, em que o educador afirma que ao adquirir conhecimento o indivíduo se torna autor de sua própria vida, tornando-se cidadão de direito.

Nos acampamentos as crianças, brincam, estudam e tem espaço, participando dos debates e organizações da luta. Um diferencial do movimento, colocado pela representante, é que o trabalho pedagógico é vinculado à transmissão da cultura e da prática do trabalho, nas hortas que são cuidadas pelas crianças. As de 0 a 12 anos paralelamente, fazem parte de um projeto chamado “Ciranda”, que funciona como pequena escola dentro dos assentamentos, nesse espaço trabalha-se o sentimento de pertença do movimento. “Não é só a busca pela terra, mas pelos direitos que garantam a permanência nela” conclui a militante.

O MST é um caso exemplar de conquista dos Movimentos Sociais em relação às experiências bem sucedidas na área da educação, pois partindo de um trabalho sério e comprometido com a causa, têm conseguido chamar a atenção de órgãos e autoridades intelectuais. Através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e do apoio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileira – CRUB que se conseguiu tornar o PRONERA um programa oficial do Governo Federal envolvendo a atuação de vários Ministérios como o da Educação, o da Reforma Agrária e o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, através do CNPq.

Apesar da visibilidade que conseguiu ao longo de seus 25 anos, o movimento tem uma relação com o financiamento estatal ainda muito incipiente. Segundo a representante Flávia Tereza, aqui em Pernambuco o financiamento a ser destinado à alfabetização é muito escasso e ainda é dividido para a confecção de material pedagógico para as crianças, como é o caso da “revista dos sem terrinha”, que começou a ser distribuída a pouco tempo, com edições que tratam de conteúdos educativos formais,



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

porém inseridos dentro do contexto de vida e de luta dos militantes, com uma linguagem acessível e estimulante. A revista é elaborada coletivamente pelos setores de educação, comunicação e cultura e as ilustração é feita pelos Sem Terrinhas de todo o Brasil. Na edição comemorativa de nº. 2, por exemplo, as matérias falam do motivo da luta pela reforma agrária desde o seu início, a exploração dos portugueses e escravização dos índios e negros, passando pela injustiça na distribuição da lei de terras de 1850, que privilegia apenas os exploradores, que enriqueciam com o trabalho árduo dos camponeses, até a configuração e estado atual da luta do movimento. A edição ainda traz o ideal de uma sociedade onde a terra fosse distribuída com justiça, trazendo dignidade para todos e jogos, além de em todo o seu conteúdo tratar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A representante ainda afirma que dentro dos movimentos “ensina-se a criar relações de vínculo, ensina-se a história do movimento, esse é passado desde a infância, para que haja consciência coletiva. Os representantes quando questionados sobre suas perspectivas afirmam que acreditam no acontecimento da reforma agrária e que continuarão a batalhar em busca de uma formação política continuada para a organização da comunidade.

Desde o início de seu concebimento, o programa educativo promove a alfabetização dos assentados dentro das áreas de reforma agrária, sob diversos projetos, além do trabalho pedagógico voltado para as crianças, existem atualmente 216 turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), denominadas “Saberes da Terra”. O movimento, representado pelo setor de educação apóia e promove o progresso escolar e acadêmico dos participantes que desejam.

A partir do início dos anos 2000, o programa vem sendo ampliado, não apenas nas áreas sob orientação do MST, mas de todas as áreas de reforma agrária sob a orientação de outros Movimentos Sociais rurais. Além do êxito que se vem obtendo em termos de alfabetização de adultos o programa já começa a dar seus primeiros passos na própria vida acadêmica. Algumas universidades do País já implantaram alguns cursos superiores de magistério denominados Pedagogia da Terra, como é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais que propõe, entre outras coisas, um conjunto de saberes e ou valores interdependentes. Valores e saberes que supõem justiça e acesso à qualidade de vida para todas as pessoas. Além desse curso outras universidades tem oferecido e estudado a implementação de outros cursos, dentro desta perspectiva, ligadas à agricultura, como a Agronomia da Reforma Agrária por gestão do MST a serem ministrados, preferencialmente, a candidatos oriundos das áreas de reforma agrária. Já é considerável o contingente de jovens e mesmo de adultos que vivem, hoje, nos assentamentos de reforma agrária ou na condição de agricultores familiares, necessitando de uma formação superior específica para a realidade deles negligenciada pelos cursos superiores atuais eminentemente voltados para a realidade urbana e para a agricultura capitalista de larga escala respectivamente.

Diante desse projeto de construção de um mundo marcado pelo diálogo, pela solidariedade, pela cooperação e pela convivência entre os diferentes e pela solidariedade com os desiguais, os Movimentos Sociais, apesar de todas as limitações, tem lutado por melhorias, especialmente na perspectiva educacional, tida como uma ponte que garantirá a realização dos ideais.

Constatamos ainda que, a educação no seio dos movimentos sociais, em especial para o MST, busca um sentido emancipatório, visto que se concretizam enquanto resistência a uma condição de injustiça imposta pelo Estado, e tenta garantir aos seus participantes, além dos conteúdos normais, uma vinculação com sua própria cultura e da prática do trabalho rural. Trabalham também o sentimento de pertença ao movimento dentre os participantes, para que esses se posicionem frente a sociedade como sujeitos de direitos, lutando “apenas” pelo que está estabelecido e garante a Declaração



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional
Movimentos Sociais Participação e Democracia
11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil
Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

Universal dos Direitos Humanos. Vimos que alguns Movimentos Sociais têm conseguindo chamar a atenção para estes valores e, nessa perspectiva, sabemos que uma outra proposta, diferente da vigente, vem sendo gerada.

A partir das idéias aqui postas, espera-se estimular a constituição de novas e diferentes perspectivas analíticas sobre os significados e os impactos das instituições sociais na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lindgren J. A. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo, Perspectiva, 1994.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRINGEL, Breno e ESPÍÑERA, Maria Victória. **Movimentos Sociais e Política - Releituras contemporâneas**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, 2008.

DAGNINO, Evelina **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DIAS, Adelaide Alves. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo João Pessoa**. Editora Universitária/UFPB, 2007.

DOMINGUES, J.M. **Sociologia e Modernidade: Para Entender a Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização, 1999.

FIALHO, Nádia; MONTEIRO, Renata e NOVAES, Jumara. **Educação, Gestão, Gestão e Desenvolvimento local sustentável**. Salvador, Caderno de pesquisa: Esse in curso, 2004.

FILHO, Ari Lazzarotti. **O processo de luta pela terra no estado de Santa Catarina**. Santa Catarina s/d.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo, Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

HOBSBAWM, Eric . **Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914 – 1991**. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

MASCARENHAS, Ângela. **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. s/d.

NEJM, Rodrigo. **As Organizações da Sociedade Civil como dispositivos de socialização: utilitárias, emancipatórias ou híbridas?** Salvador, ISTR y CIAGS/UFBA, 2007.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Movimentos Sociais e Educação popular no Brasil urbano industrial**. GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03, 2001.



Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional

Movimentos Sociais Participação e Democracia

11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS

PEREIRA, Júlio. **Derrubando as cercas do conhecimento: a educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil)**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.5-10, Jan/Jun 2003.

PRINCÍPIOS Educativos da Educação no MST, 1997

SCHER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?** Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse e LÜCHMANN Ligia Helena Hahn. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil Introdução**. *Revista Política & Sociedade*, 2004;

TAVARES, Celma. **Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2007.

TOSI, Giuseppe. **O Significado e as conseqüências da declaração universal dos direitos humanos de 1948**, João pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2007

TOURAINÉ, Alain. **Qu'est-ce la démocratie?**. Paris, Seul, 1994b.

_____. **¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.